



Julia Carolina Malacrida de Pádua

Prefácio

Juliana Bonacorsi de Palma

DIREITO ADMINISTRATIVO DOS DESASTRES

O uso de denúncias para a redução de riscos

Desastres têm impactos ambientais e socioeconômicos graves e, por vezes, irremediáveis. Para além dos investimentos em medidas estruturais de redução de risco, um movimento na literatura e na regulamentação sobre gestão de desastres tem chamado a atenção para a importância de medidas não estruturais, voltadas a pensar a governança em torno da redução de riscos, a fim de evitar que desastres aconteçam ou mitigar seus impactos.

Uma das apostas para a regulação no que diz respeito à redução de riscos de desastres é aumentar a participação social na detecção dos riscos, inclusive através de canais de denúncia, que têm um papel importante na comunicação de riscos aos órgãos fiscalizadores.

Tendo isso em vista, este livro olha para a atuação das ouvidorias públicas em agências reguladoras federais de infraestrutura como uma alternativa para o fortalecimento da participação na redução do risco de desastres no Brasil, uma medida de governança ainda pouco explorada e cujo potencial ainda não foi realizado.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins do livro

DIREITO REGULATÓRIO.
DIREITO DOS DESASTRES

Palavras-chave

DESASTRES,
REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES,
REGULAÇÃO, CANAIS DE DENÚNCIA,
OUVIDORIAS PÚBLICAS FEDERAIS

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3572

P125d

Pádua, Julia Carolina Malacrida de
Direito administrativo dos desastres: o uso de denúncias para a redução de riscos / Julia Carolina Malacrida de Pádua. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

164 p. 14,5x21,5cm
il. color

ISBN impresso 978-65-5518-847-9
ISBN digital 978-65-5518-841-7

1. Desastres. 2. Redução do risco de desastres. 3. Regulação. 4. Canais de denúncia.
5. Ouvidorias públicas federais. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Julia Carolina Malacrida de Pádua é Mestra em Direito e Desenvolvimento pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2023). Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (2019), com intercâmbio acadêmico na Ludwig-Maximilians Universität München (2017). Atualmente, é advogada e atua na área de Direito Administrativo e Regulatório.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Juliana Bonacorsi de Palma	15
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
DESASTRES, RISCOS E CICLO DE DESASTRES	25
1.1 Conceitos e terminologia dos desastres.....	25
1.2 As concepções de riscos presentes no ordenamento brasileiro.....	33
1.3 Quais são os conceitos-chave para a discussão sobre desastres?.....	37
CAPÍTULO 2	
DA ENGENHARIA PARA O DIREITO: REGULAÇÃO PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES	41
2.1 Regulamentação internacional de parâmetros para a redução de risco de desastres.....	47
2.2 A evolução da regulação para a redução do risco de desastres no Brasil.....	51
2.1.1 A regulamentação da Defesa Civil para a redução de riscos de desastres	51
2.1.2 A regulamentação sobre segurança de barragens no Brasil	57
2.3 Os caminhos da regulação nacional e internacional para a redução do risco de desastres.....	70
CAPÍTULO 3	
CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS E MEDIDAS PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES ATRAVÉS DA REGULAÇÃO.....	73
3.1 Medidas tradicionais de comando e controle para a redução do risco de desastres.....	75
3.2 Alternativas regulatórias baseadas na participação e colaboração para a redução do risco de desastres.....	79
3.3 Estratégias tradicionais e alternativas regulatórias adotadas pela legislação brasileira para a redução de risco de desastres	100
CAPÍTULO 4	
CANAIS DE DENÚNCIA COMO FERRAMENTA PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES	103
4.1 Ouvidorias públicas como ferramenta para a participação.....	104
4.2 Ouvidorias públicas em agências reguladoras como ferramenta para a redução do risco de desastres	113
4.2.1 A evolução da regulamentação de canais de denúncia e de ouvidorias públicas no Brasil.....	114
4.2.2 Risco de desastres como tema de manifestações feitas a ouvidorias	116
4.2.3 Quem é o manifestante ou quem pode relatar	125
4.2.4 Canais de denúncia e acessibilidade da comunicação com as ouvidorias	127
4.2.5 Tratamento da manifestação pelas unidades de ouvidoria	131

4.2.6	Medidas de proteção, garantias e incentivos ao manifestante.....	135
4.3	Possibilidades e desafios para a atuação de ouvidorias públicas como estratégia de redução de risco de desastres	141
	CONCLUSÃO	147
	REFERÊNCIAS	153